

Indústria da construção civil — a retomada

Áurea Corrêa de Miranda Breitbach*

A atividade da construção civil tem grande importância econômica não apenas pelo elevado volume de recursos financeiros que mobiliza e por seu forte potencial gerador de empregos, mas também por sua capacidade de contribuir com o dinamismo de muitos segmentos industriais e de serviços. A cadeia produtiva da construção é formada por um grande número de gêneros industriais que aportam uma gama diversificada de insumos e serviços, durante as diversas etapas da produção de edificações¹. Assim, o dinamismo da construção civil é capaz de engendrar efeitos que se reproduzem — em diferentes intensidades — sobre o conjunto da economia, especialmente na indústria de transformação.

No contexto das Contas Nacionais, o IBGE inclui a construção civil no cômputo geral do setor industrial, juntamente com a indústria extrativa mineral, a indústria de transformação, bem como a produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana. No total do PIB industrial do RS, a construção civil tem uma participação de 15%, a indústria de transformação, de 76%, os serviços industriais de utilidade pública, de 8% e a extrativa mineral, de 1%.

Para fins de cálculo do produto, a atividade construção civil é responsável por dois grandes grupos de produtos, agregados a partir da Classificação Nacional de Atividade Econômicas (CNAE 1.0), ou seja: **edificações e outros produtos da construção**. O IBGE considera no primeiro grupo as edificações residenciais, industriais, comerciais e de serviços. Por sua vez, o grupo denominado **outros produtos da construção** engloba grande número de atividades, dentre as quais: demolição e preparação do terreno, sondagens e fundações, grandes

movimentações de terra, obras viárias, obras de arte especiais (pontes, viadutos), obras de montagem, obras para geração e distribuição de energia elétrica, obras para telecomunicações.²

Essas informações são importantes para esclarecer que, embora alguns dados estatísticos gerais da atividade construtiva sejam apresentados nesse texto, a ênfase da análise será dada à produção de edificações residenciais, tendo em vista seu forte dinamismo no contexto atual.

De fato, a indústria da construção civil vem apresentando uma *performance* muito positiva, sobretudo a partir de 2006, tendo atingido níveis de crescimento inéditos desde a desativação do BNH. De uma maneira geral, esse comportamento foi observado tanto no RS como no Brasil, conforme ilustra a Tabela 1, onde constam os subsetores da indústria. O índice apresentado expressa a variação do produto, desconsiderado o efeito preços, sendo que o Valor Adicionado Bruto equivale praticamente ao PIB.

Analisando os números do Brasil, pode-se dizer que a construção civil acompanhou o crescimento da indústria de transformação desde 2004 até 2007, embora num patamar um pouco inferior. Em 2008, as estimativas preliminares dão conta de um dinamismo excepcional da construção civil, quando seu crescimento ultrapassou aquele da indústria de transformação brasileira.

No caso do Rio Grande do Sul — objeto da presente análise —, a atividade da construção civil também retomou seu crescimento em 2004 e logo ultrapassou o ritmo da indústria de transformação. Os anos de 2007 e 2008, sobretudo, apresentaram taxas bastante elevadas, configurando uma firme retomada da atividade, no que já foi caracterizado como um novo *boom* do setor.

É importante salientar que esse movimento de retomada já se manifestava em 2006, quando foi registrado um crescimento anual de 6,6%³.

Tal expansão inverteu a tendência trilhada por essa atividade em anos recentes, em que se pode observar um desempenho pífio ou de

* E-mail: aurea@fee.tche.br

¹ Dentre os principais insumos da construção de habitações e de prédios comerciais, industriais e de serviços, tem-se: tijolos, areia, cimento, tintas, madeira, aço e outros metais, vidro, pvc, cerâmica de revestimento, metais e louças sanitárias, canos e dutos diversos, material elétrico e de comunicação, elevadores, máquinas e equipamentos, como elevador de obra, grua, bombas d'água. Em termos de serviços relacionados à construção, podem ser citados: planejamento, projetos, jardinagem, comércio imobiliário, *marketing*, bancos e financeiras, dentre outros.

² A lista completa encontra-se em IBGE (2000).

³ Note-se que a mesma taxa no ano anterior foi de -8,9% (Shetter, 2007, p. 11).

taxas negativas na atividade [...]. As razões principais desse fenômeno foram a queda das taxas de juros na economia e a minimização dos riscos no mercado imobiliário (devido à criação de um marco regulatório seguro para a construção civil). Assim, o crédito imobiliário passou a ser amplamente ofertado pelos bancos comerciais e por outros agentes financeiros, tais como as securitizadoras de recebíveis, que passaram a descontar os títulos em carteira das empresas de construção civil com um perfil mais alongado, desonerando essas empresas e capitalizando-as. Nesse cenário favorável à construção civil, outro fator importantíssimo de alavancagem dessa atividade são os fundos de pensão, especialmente os estrangeiros, com especial interesse no mercado imobiliário brasileiro. Além das razões referidas acima, esses fundos estão sendo atraídos também pelo preço médio baixo (US\$/m²) das aquisições no País. Isso pode explicar um movimento recente e visível de concentração de grandes construtoras brasileiras, com reflexos nos estados. Essas grandes empresas estão absorvendo outras menores, com abrangência regional, e abrindo o capital nas bolsas de valores, sustentadas pelos fundos estrangeiros e atraídas pelos recursos dos mesmos aplicados também no mercado acionário. (Schettert, 2007, p. 9).

Dessa forma, inaugurou-se uma nova conjuntura no mercado imobiliário, que contou com a decisiva contribuição do Governo Federal através de medidas destinadas a solidificar essa situação favorável à construção civil. Ainda no início de 2006, foi lançado um “pacote” de incentivos à construção habitacional, que previa a liberação de R\$ 8,7 bilhões para financiamentos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e a isenção ou redução de IPI de materiais de construção da cesta básica.

A grande expansão do crédito habitacional, entretanto, tem sido apontada como um dos fatores decisivos para a retomada das atividades da construção. Com a flexibilização das condições de garantia e a redução da renda familiar mínima exigida, com a extensão dos prazos e a conseqüente redução do valor da prestação, a aquisição da casa própria tornou-se viável para uma parcela da população, considerada de classe média, que até então estava praticamente fora do mercado. A relativa estabilidade do nível geral de preços na economia fez com que esses consumidores se sentissem encorajados a assumir compromissos de longo prazo.

Por outro lado, tendo-se reduzido a inadimplência dos mutuários, os bancos privados passaram a se interessar mais pelo crédito imobiliário. A partir do

momento em que o Governo permitiu que esses bancos ofertassem financiamentos com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE), ou seja, das cadernetas de poupança, as operações de crédito imobiliário passaram a ser muito interessantes do ponto de vista do agente bancário. Essa medida ensejou uma redução no custo de captação dos recursos, sendo que as taxas de juros cobradas dos clientes ainda permaneciam bastante elevadas. Em consequência da diferença entre esses dois valores (o custo de captação e a remuneração do empréstimo), as operações de financiamentos habitacionais tornaram-se bem mais lucrativas para os bancos do que na situação anterior, onde os recursos eram captados no mercado a juros maiores.

No que respeita à ampliação das garantias jurídicas dos contratos, que oferece maior segurança a empreendedores imobiliários e agentes financeiros, cabe citar o chamado “depósito do incontroverso” que consiste, em caso de discussão judicial sobre juros, na obrigação de o mutuário pagar o valor do principal, para então buscar uma solução jurídica. Outros fatores de garantia são a alienação fiduciária do imóvel até a quitação, bem como a redução do risco de inadimplência de funcionários públicos, através de empréstimo consignado, com desconto das prestações na folha de pagamento.

Em 2007, a expansão da construção civil sedimentou-se⁴ na esteira dos fatores acima evocados, tendo sido mobilizados vultosos recursos para financiar a aquisição de imóveis. No SBPE, o volume de operações de financiamento cresceu, entre janeiro e agosto de 2007, 73,7% em relação a igual período do ano anterior. Isso se refletiu no número de unidades financiadas que, nos primeiros oito meses desse ano, já tinham superado a quantidade de imóveis financiados nos 12 meses do ano anterior (Tenerello, 2007). É importante lembrar que houve abundância de recursos no Sistema, tendo em vista o aumento regular da captação das cadernetas de poupança em relação aos saques.

O lançamento, em janeiro de 2007, pelo Governo Federal, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), trouxe ainda maiores expectativas em relação à sustentação do dinamismo na área da construção. Com o ambicioso objetivo de acelerar obras de infraestrutura em rodovias, hidrovias, ferrovias, portos, habitação, saneamento, energia, gás, em todo o País, o Programa garante o aporte de recursos tanto a projetos já em andamento nessas áreas, como a novos projetos cuja

⁴ A taxa de crescimento do PIB do setor foi de 5,7% em 2007 (Schettert, 2008, p. 11).

execução deverá se fazer com maior rapidez. Os projetos incluídos no PAC são, portanto, considerados prioritários pelo Governo, na busca de avanços qualitativos em infraestrutura, sobretudo em áreas sabidamente defasadas, como habitação e transporte.

A partir da mudança nas expectativas provocada pela crise econômica mundial, no segundo semestre de 2008, o PAC se apresentou como um mecanismo anticíclico, integrado à política econômica geral do Governo para sustentar o nível de investimentos. Tanto é que os recursos destinados ao Programa foram ampliados, em fevereiro de 2009, para R\$ 646 bilhões no caso de projetos para o período 2007-10, e para R\$ 502,2 bilhões para os projetos pós 2010. Dentre as obras que beneficiarão o RS, estão a usina de Candiota III, duplicação de trechos da BR-116 e da BR-290, a nova ponte do Guaíba, melhorias no cais do porto de Rio Grande (Obras..., 2009).

No que respeita exclusivamente à habitação, o Governo Federal lançou o Plano “Minha Casa Minha Vida” (MCMV) em fins de março de 2009, com o objetivo de viabilizar a construção de um milhão de moradias⁵. Sem prazo definido para o cumprimento dessa meta, o Governo pretende aplicar R\$ 34 bilhões, oriundos de recursos da União e do FGTS. Os recursos se destinam a financiamentos para famílias com renda de até 10 salários mínimos. Dentre estas, serão priorizadas as que apresentam renda familiar de até três salários mínimos, que gozarão de subsídio integral, com isenção do seguro. Foi constatado que 90% do déficit habitacional brasileiro se concentra nessa faixa. As famílias com renda entre três e 10 salários mínimos, por sua vez, serão beneficiadas com subsídio parcial, redução de custos de seguro, dentre outros. Para todas as faixas, o comprometimento da renda familiar com financiamento não deve ultrapassar 20% da renda. O Plano prevê ainda uma desoneração fiscal e uma redução de custos cartoriais dos registros de imóveis (Brasil, 2009). Para as obras construídas dentro do programa, as construtoras terão sua carga tributária (referente ao Regime Especial de Tributação) reduzida de 6% para 1%, conforme Medida Provisória 460, de 30/3/2009 (Sinduscon-PR, 2009).

A distribuição territorial dos recursos do “Minha Casa Minha Vida” obedece critério de déficit habitacional de cada estado da Federação, devendo ser aplicados em capitais e suas regiões metropolitanas, bem como em cidades com mais de 100 mil habitantes. Ao RS estão

destinados 5,2% do total de recursos do Plano, para a construção de 51.795 unidades habitacionais (Brasil, 2009).

Pelo que foi acima exposto, observa-se que o papel do Governo tem sido decisivo no estímulo aos investimentos na área da construção, criando um clima positivo e garantindo a oferta de financiamentos (e outros incentivos) tanto para o construtor como para o consumidor.

⁵ A título de informação: o déficit habitacional no Brasil é de 7,2 milhões de moradias.

Tabela 1

Índice de volume do Valor Adicionado Bruto do setor industrial do RS e do Brasil — 2000-08

a) Brasil							
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	2004	2005	2006	2007 (1)	2008 (1)
Indústria extrativa mineral	100,00	104,68	109,17	119,34	124,59	128,11	133,59
Indústria de transformação	100,00	101,85	110,48	111,86	113,14	118,45	122,22
Construção civil	100,00	96,72	103,08	104,91	109,82	115,29	124,56
Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana	100,00	103,96	112,73	116,15	120,24	127,35	133,07
Total do setor industrial	100,00	101,27	109,26	111,54	114,13	119,51	124,61

b) Rio Grande do Sul							
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	2004	2005	2006	2007 (1)	2008 (1)
Indústria extrativa mineral	100,00	102,12	104,24	106,70	105,55	-	-
Indústria de transformação	100,00	101,04	108,08	102,45	100,01	107,96	114,98
Construção civil	100,00	100,09	107,75	107,38	106,11	112,18	122,66
Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana	100,00	100,66	108,20	107,77	109,45	114,03	118,95
Total do setor industrial	100,00	100,89	108,00	103,56	101,62	108,94	116,28

FONTE: FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social.

IBGE/Diretoria de Pesquisas/Coordenação de Contas Nacionais e Contas Nacionais Trimestrais.

(1) Estimativas preliminares.

A atividade da construção civil no RS

Para fins do presente texto, dispõe-se de dois indicadores para avaliar o comportamento recente da indústria da construção civil no Rio Grande do Sul. O primeiro é o Índice de Atividade da Construção Civil (IAC-RS) do Sindicato das Indústrias de Construção Civil do Rio Grande do Sul (Sinduscon-RS), com base num levantamento periódico de informações junto a uma amostra de empresas do setor e em pesquisas junto a outras entidades e órgãos oficiais⁶.

O segundo indicador é o emprego formal na construção civil, originado da base de informações RAIS-CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego que,

com base em declarações das empresas, registra o emprego formal unicamente. É sabido que a construção civil, dentre outros setores, apresenta uma certa tendência a absorver emprego informal. Embora seja difícil quantificar essa tendência, especialistas constataram que ela vem arrefecendo nos últimos anos, em função sobretudo de uma intensificação da fiscalização por parte da Delegacia Regional do Trabalho do RS. Assim, acredita-se que o emprego formal pode ser utilizado como indicador, a despeito do acima referido, pois se trata do único dado oficial disponível.

Tomando inicialmente o IAC-RS (Gráfico 1), nota-se que a indústria da construção civil no RS dá provas de uma firme retomada de expansão, corroborando a tendência evocada no início desse artigo. No geral, as oscilações são pequenas, algumas refletindo a sazonalidade comum à construção, notadamente nos meses de verão, quando costuma haver uma ligeira queda na atividade. O importante é registrar o que mostra a linha de tendência, ou seja, um intenso e sustentado dinamismo desde 2007.

⁶ O IAC-RS foi construído com base no comportamento evolutivo de três variáveis: consumo do cimento, nível de emprego, evolução do salário real médio no setor. Convém esclarecer que as informações relativas ao emprego e aos salários são obtidas diretamente junto às empresas da amostra.

Observa-se, no Gráfico 1, que, no segundo semestre de 2008, o IAC atingiu patamares muito elevados, notadamente em setembro e outubro. Em seguida, o ritmo da atividade sofreu uma queda significativa, muito provavelmente como consequência da crise mundial, que afetou o clima dos negócios em todos os setores da economia.

A eclosão da crise financeira estadunidense, no início do segundo semestre de 2008, espalhou mundialmente uma onda de desconfiança entre os agentes econômicos e uma deterioração das expectativas de investimentos. O clima de incertezas, com a redução na oferta de crédito e a queda de liquidez da economia, não poderia deixar de atingir a construção civil. O clima de euforia em que viviam as grandes empresas — que, desde 2006, vinham aplicando vultosos recursos na compra de terrenos para lançamentos futuros — foi substituído por uma atitude de cautela e expectativa. Com a desaceleração na velocidade das vendas, foi necessário reformatar as estratégias de produção, redimensionando os lançamentos em pauta, até mesmo postergando alguns.

Entretanto, apesar das inseguranças e das preocupações em relação ao futuro⁷, a construção civil no RS não apresentou evidências de crise, pelo menos até agora. Como mostra o Gráfico 1, a queda no ritmo de atividade deu-se até o mês de fevereiro de 2009. E, mesmo assim, ter-se-ia que “descontar” o efeito sazonalidade, característico dessa época do ano. Constata-se, ainda, que, no mês de março, o IAC-RS atingiu o mesmo nível de outubro, mostrando que a tendência geral de expansão da atividade não foi interrompida, mas sofreu instabilidades esperadas, dada a situação geral da economia. Alguns analistas interpretaram esse comportamento como uma “correção” de ritmo, tendo em vista a euforia que vivia o setor até então.

Contribuiu para esse tipo de abrandamento das consequências da crise a prudência com que os empreendedores passaram a agir, evitando os chamados “megaempreendimentos”, como os “condomínios-clubes” e projetos mistos residencial/comercial. Por outro lado, com a crise internacional e a desconfiança que se instalou nos mercados financeiros, houve uma parcela dos investidores em ações que migraram para a aquisição de

imóveis. Estes, embora apresentando uma liquidez menor, oferecem maior estabilidade que os títulos financeiros. Tais capitais migrantes demonstram preferência pela aquisição de imóveis prontos, pelo evidente motivo de terem rentabilidade imediata.

Porém, quem melhor contribuiu para resguardar as expectativas positivas na construção civil foi o Governo Federal. Respondendo a demandas do empresariado, autorizou, em outubro de 2008, a criação de uma linha de financiamento para capital de giro das construtoras habitacionais, da ordem de R\$ 3 bilhões, com recursos do SBPE, o que anteriormente era vedado. Os recursos têm sua utilização limitada a 5% dos depósitos em poupança de cada instituição ofertante. Objetivos da medida: permitir a conclusão de empreendimentos já iniciados e facilitar fusões e aquisições entre as empresas. Em caso de dificuldades maiores, o Governo propõe a aquisição, através da Caixa Econômica Federal, de participações em empresas em situação de risco, de modo a capitalizá-las para evitar uma quebra generalizada no setor.

Nas palavras do presidente do Sinduscon-RS,

[...] medidas oficiais de estímulo reforçam os sólidos fundamentos que caracterizam o setor da construção, pois contam com fontes cativas de recursos a juros fixos para a produção imobiliária representadas pela caderneta de poupança e pelo FGTS, além de regimento jurídico na concessão de financiamentos que funciona como antídoto eficaz contra a inadimplência (Aita, 2008, p. 4).

A análise do segundo indicador, o emprego formal da RAIS, evidencia o mesmo comportamento geral da atividade da construção no RS a partir de 2007: uma expansão forte e sustentada (Gráfico 2). O emprego cresceu 24,85% entre janeiro de 2007 e setembro de 2008, quando as incertezas da crise econômica mundial se fizeram sentir. Em que pese uma queda brusca (mas não intensa) entre novembro e dezembro desse ano, a curva evidencia, na sequência, uma estabilidade no nível de emprego em 2009, num patamar próximo de 90.000 trabalhadores.

O crescimento da demanda por mão de obra, durante todo o período, incorporou ao mercado, por um lado, um contingente de trabalhadores que, por sua capacidade de consumo, gerou dinamismo em outros setores da economia, principalmente em comércio e serviços, contribuindo para amenizar os efeitos da crise nessas atividades. Por outro lado, a escassez de mão de obra qualificada fez com que se introduzisse uma inovação, pelo menos no RS, com a incorporação de mulheres nas atividades da construção, especialmente em funções de acabamento (Cursos..., 2008).

⁷ O fato de a crise estadunidense ter-se originado na chamada “bolha imobiliária” não se refletiu na preocupação de que o mesmo poderia ocorrer no Brasil. Tem-se claro que, aqui, o financiamento imobiliário se dá via bancos, à sombra de um marco regulatório instituído pelo Governo. Por outro lado, o Brasil não tem um mercado secundário desenvolvido, negociando títulos hipotecários, como no país da América do Norte.

Da mesma forma que o IAC-RS, o comportamento do emprego indica que as turbulências da crise mundial tiveram consequências brandas sobre a construção civil no Estado gaúcho. Não deixa de ser interessante ressaltar que, como mostra a curva, em maio passado houve um ligeiro aumento de emprego, o que pode sinalizar que o mercado não está em retração.

Entretanto, a queda no emprego por ocasião da crise econômica é compreensível, tendo em vista que a mão de obra é um dos primeiros itens a serem eliminados, numa situação de incertezas e de contenção de despesas, sobretudo em se tratando do trabalho formal, onde os chamados “custos sociais” do trabalhador devem ser considerados.

Em consequência da expansão da atividade da construção, houve elevação de preços dos insumos em 2007 e 2008, em função do crescimento rápido da demanda. Fica evidente que, do ponto de vista dos fornecedores, esse movimento estimulou a produção, ampliando investimentos em vários setores. Foi o caso da empresa líder no mercado brasileiro de cimento, que decidiu pela criação de novas fábricas, em vários estados, visando a ampliar sua capacidade produtiva em 60% até

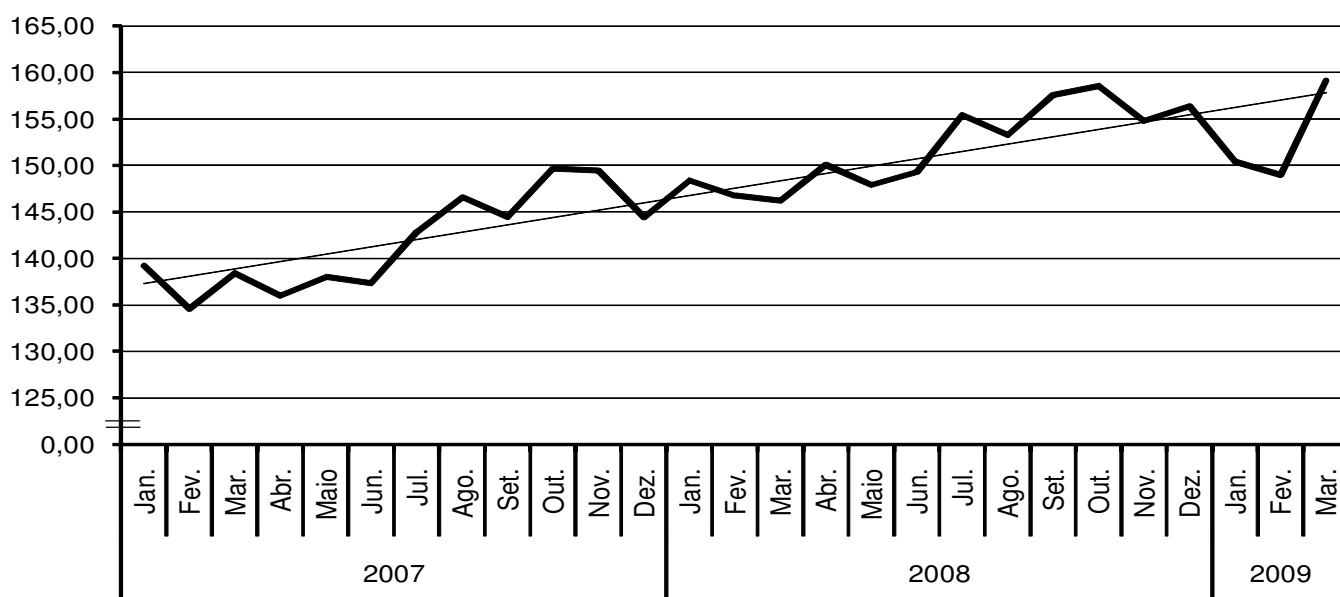
2011. No RS, a empresa pretende reativar sua unidade produtiva no Município de Pinheiro Machado (Construção..., 2008, p. 13). Como se sabe, o cimento é matéria essencial na construção civil e, caso haja desabastecimento, as obras param e, com isso, a venda de outros insumos é afetada.

Em face do problema da elevação dos preços dos insumos da construção, no final de 2007, o Sinduscon-RS criou uma cooperativa de pequenas e médias construtoras para elevar seu poder de barganha na aquisição de insumos. A Coopercon-RS visa a centralizar as compras de materiais, reduzindo custos e flexibilizando prazos de pagamento. A atuação cooperativada visa, ainda, à obtenção de financiamentos a juros competitivos e mesmo a importação de insumos, cujo preço no mercado interno esteja mais elevado.

O Governo Federal, por sua vez, interveio recentemente com novas medidas para fazer baixar os preços através de desonerações fiscais de 30 itens dos materiais de construção, reduzindo ou zerando a alíquota do IPI. Essa medida é válida por três meses a partir de abril de 2009.

Gráfico 1

Índice da atividade da construção civil (IAC-RS) no RS — 2007/09

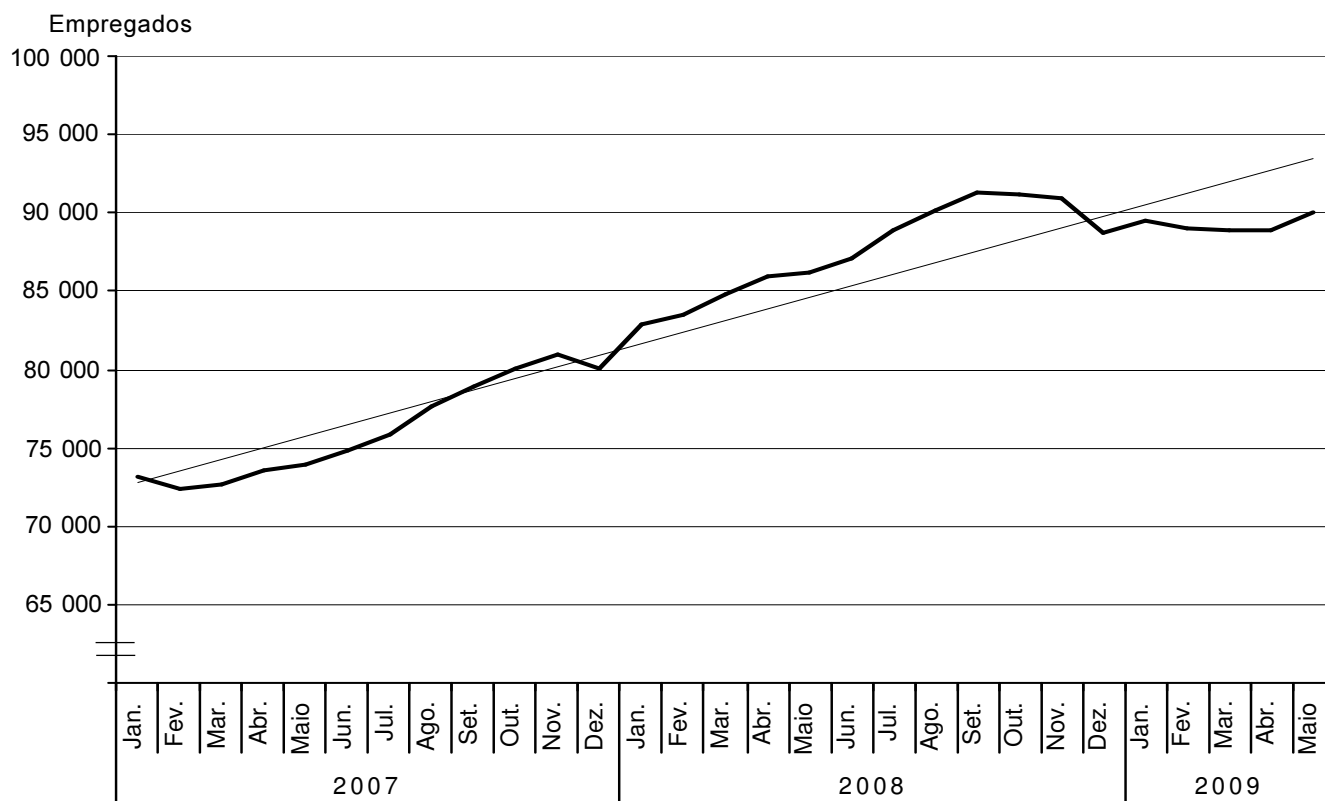


FONTE: Sinduscon-RS.

NOTA: Os índices têm como base mar./91 = 100.

Gráfico 2

Emprego formal na construção civil RS — 2007/09



FONTE: RAIS/CAGED/Ministério do Trabalho e Emprego.

Considerações finais

A indústria da construção civil vem apresentando uma *performance* excelente nos últimos anos, que pode ser caracterizada como retomada de crescimento, tendo em vista sobretudo as dificuldades por que passou nas décadas que se sucederam à desativação do BNH. Ao que parece, trata-se de uma retomada sustentada, conforme os gráficos apresentados, e que demonstrou pequena sensibilidade às turbulências da crise econômica mundial até agora.

O principal pilar dessa sustentação consiste na atuação estimuladora e garantidora do Governo Federal, com o aporte de recursos para crédito abundante e adequado às necessidades de produtores e de consumidores de habitações. Além disso, também

recebem apoio governamental, através dos mecanismos do PAC, grandes obras de infraestrutura, cuja maturação está por vir.

Por outro lado, há que se considerar ainda a estabilidade do cenário macroeconômico, em especial a relativa estabilidade dos preços e a redução gradativa da taxa de juros. A ampliação do poder de compra das massas assalariadas — seja através da manutenção do poder aquisitivo do salário mínimo, seja por mecanismos de transferência de renda tipo “bolsa-família”, seja ainda pelo acesso facilitado ao crédito — favorece também as atividades da cadeia da construção.

Não cabe aqui avaliar os programas governamentais no que diz respeito à realização de seus objetivos, uma vez que o essencial ainda está por vir. Empreendedores, instituições financeiras, mutuários, dentre outros agentes, estão buscando adaptar-se às

novas regras. É compreensível, por exemplo, que nem todas as construtoras estejam aptas, de imediato, a produzir para a população de baixa renda. Adequações serão necessárias, inclusive para os fabricantes de materiais de construção, que passarão a se interessar por linhas econômicas de produtos. Porém, o clima é positivo, e já é computado grande número de projetos encaminhados à Caixa Econômica Federal.

Assim, espera-se que a produção de habitações, a partir da implementação do Plano MCMV, continue proporcionando crescimento à atividade da construção civil e esta, por sua vez, reproduza esse movimento a outros setores da economia.

A integração da população de baixa renda ao mercado imobiliário traz excelentes perspectivas para as empresas construtoras no longo prazo, uma vez que a demanda a ser satisfeita é, de fato, muito grande. Os dados mostram que o déficit habitacional do RS é de 374.400 moradias, enquanto que a previsão do MCMV é a construção de 51.795 habitações, o que representa menos de um sétimo do déficit. Há, ainda, muito o que ser construído.

Referências

AITA, Carlos Alberto. Crise não pára a construção. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 22 out. 2008, p. 4.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Minha Casa Minha Vida**: apresentação. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/ministerio-das-cidades/>>. Acesso em: 14 jul. 2009.

CONSTRUÇÃO aquece vendas dos fabricantes. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 15 set. 2008, p. 13.

CURSOS capacitam mulheres para atuarem nas obras. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 29 ago. 2008. Caderno Especial Construção, p. 4.

IBGE. **Sistema de Contas nacionais, referência 2000**: atividade construção civil. Rio de Janeiro. (Nota metodológica n. 15). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/>>. Acesso em: 7 jul. 2009.

OBRAS no Estado são incluídas no PAC. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 5 fev. 2009, p. 5.

SCHETTERT, Maria Conceição. Desempenho da economia gaúcha em 2006. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 4, 2007.

SCHETTERT, Maria Conceição. Desempenho da Economia Gaúcha em 2007. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 35, n. 4, 2008.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ — Sinduscon-PR. Disponível em: <<http://www.sinduscon-pr.com.br/principal/home/>>. Acesso em: 15 jul. 2009.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — Sinduscon-RS. Disponível em: <<http://www.sinduscon-rs.com.br/site/principal/>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

TENERELLO, Décio. **Credito imobiliário do Brasil**: desempenho recente e perspectivas. São Paulo: ABECIP, 2007. (Apresentação feita na ExpoManagement, 2007).